



# Grupos de Educação da Sociedade Civil Africana: À procura de um espaço na implementação da Estratégia Continental de Educação para África (Continental Education Strategy for Africa - CESA)

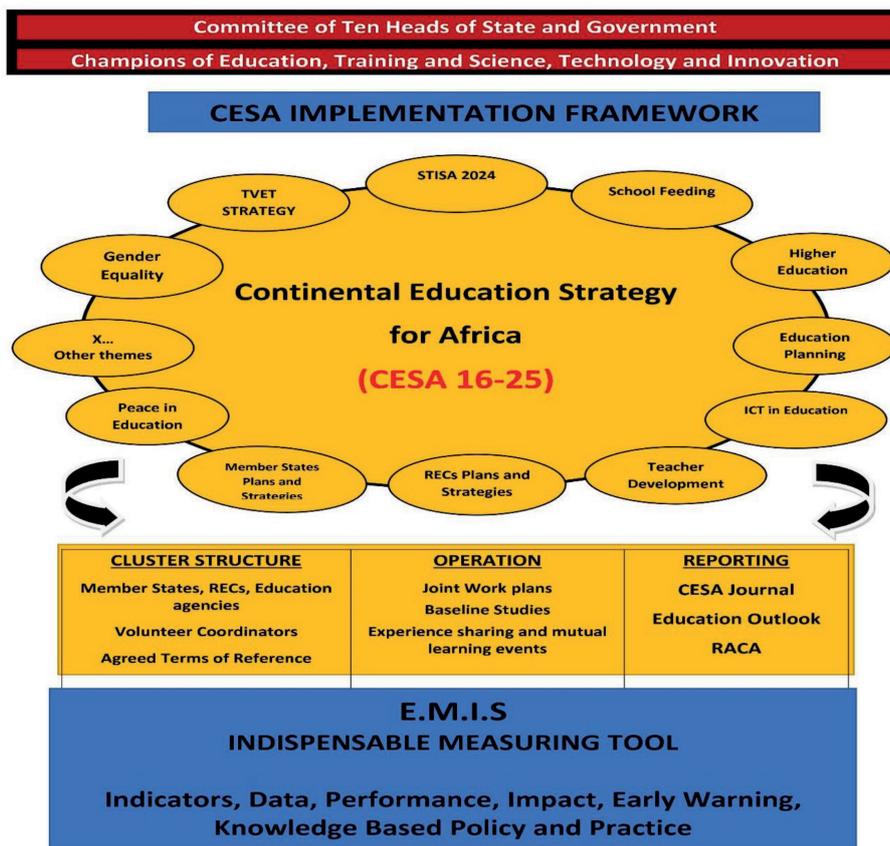
Relatório de investigação: Resumo Executivo  
Agosto de 2023

## **Resumo Executivo**

A União Africana (UA) lançou a sua Estratégia Continental de Educação (CESA) em 2016, como a componente de educação da visão da África que Queremos, salientando que os doze objectivos estratégicos da CESA constituem uma domesticação da agenda global do ODS4, articulando simultaneamente prioridades Africanas adicionais, que respondem às necessidades de desenvolvimento do continente a longo prazo.

O lançamento da CESA previa processos de implementação em que os organismos regionais Africanos (tais como ECOWAS e SADC) desempenhariam um papel importante na adopção e elaboração das estratégias da CESA a nível regional e nacional. O documento de estratégia da CESA reconheceu o papel da sociedade civil (e de outros actores não estatais) no desenvolvimento e na implementação da CESA. Mencionou nominalmente duas redes pan-africanas da sociedade civil, ANCEFA e FAWA. Também partiu do princípio de que as Comunidades Económicas Regionais (CERs) e os governos nacionais se encarregariam de garantir que a sociedade civil fizesse parte das estruturas de governação e implementação da CESA. No seu décimo segundo objectivo estratégico, a própria CESA apelou à criação de uma aliança de todas as partes intervenientes.

A operacionalização da CESA desde 2016 não tem correspondido ao nível elevado de apoio político que os governos e a sociedade civil expressam em relação à mesma, como articulado na visão genuinamente africana sobre as necessidades do continente no que concerne a educação. A CESA permanece em grande parte desconhecida a nível nacional, sem presença visível nos planos nacionais do sector da educação. As Comunidades Económicas Regionais (CER) parecem estar desligadas de muitos processos da CESA e os seus esforços políticos no domínio da educação fazem muito poucas referências à CESA. Com poucas excepções, os grupos de educação da sociedade civil em toda a África não têm conhecimento acerca da CESA e não conseguem identificar formas significativas de se envolverem com a mesma a nível nacional. Por outro lado, os governos e a sociedade civil monitorizam a implementação dos objectivos do ODS4 e consideram prioritário informar sobre o progresso na realização dos objectivos do ODS4. Politicamente valorizada, mas operacionalmente negligenciada, a difusão da CESA nos domínios da política educativa regional e nacional permanece muito fraca a nível global.



As componentes operacionais mais visíveis da CESA são os doze blocos de trabalho temáticos que procuram maximizar o envolvimento e as contribuições dos diferentes intervenientes no sector da educação na promoção e implementação dos objectivos da CESA. Os blocos abrangem temas como desenvolvimento de professores, TVET, currículo / programa escolar, pedagogia da paz, alimentação escolar e TIC (Tecnologia da Informação e das Comunicações) na educação. Os doze blocos encontram-se em várias fases de desenvolvimento e nem todos são igualmente inclusivos ou activos. Não parece haver esforços deliberados para contactar a sociedade civil com vista à sua participação nos blocos. O aumento do número de membros de cada bloco é em grande parte deixado ao critério do(s) presidente(s) e coordenador(es) dos blocos e, nem todos têm a mesma perspectiva acerca da sociedade civil como um interveniente essencial na educação, que representa as vozes dos cidadãos e - como é o caso em África - como um actor importante no panorama nacional da educação, como evidenciado pela sua participação e funções de liderança nos grupos locais de educação, na coordenação do sector da educação nacional e nas plataformas de diálogo. Devido ao baixo nível de participação da sociedade civil nos blocos da CESA, perdem-se importantes ligações potenciais entre os níveis continental e nacional, assim como possíveis benefícios em relação a conhecimento e experiência que os grupos da sociedade civil podem contribuir para os processos e políticas da CESA. Os défices na informação, sensibilização, participação e governação podem ser claramente observados nos blocos da CESA e são demonstrativos dos mesmos défices que caracterizam a CESA em geral.

Alguns desenvolvimentos recentes são motivo de optimismo quanto à superação desses défices na CESA. A UA e a UNESCO, na qualidade de duas agências responsáveis pela CESA e pelo ODS4, trabalharam em conjunto para chegar a acordo sobre parâmetros de referência, conjuntos e indicadores comuns para ambos os quadros. Com o primeiro Relatório Continental, que foi publicado pela UA e pela UNESCO em Fevereiro de 2023, foi a primeira vez que se elaborou um relatório sistemático sobre a implementação da CESA. Os indicadores acordados para ambos os quadros permitem considerar a CESA e o ODS4 como elementos complementares e não separados, aliviando os governos da sobrecarga de elaborar relatórios separados sobre cada um deles. Esta convergência não foi resultado de o ODS4 negar a CESA, ou vice-versa, mas sim da expansão dos indicadores do ODS4 de modo a abrangerem os objectivos da CESA que o ODS4 carece ou não inclui de forma acentuada.

Além disso, como consequência da pandemia e dos seus efeitos prejudiciais para o sector da educação em África, existe uma vontade colectiva, expressados pelos líderes Africanos na Cimeira da

Educação Transformadora em 2022, de reforçar os sistemas educativos do continente e de melhorar a sua inclusão e resiliência. A declaração da União Africana de que a educação é a prioridade temática para o continente em 2024 incluirá um balanço da CESA e a avaliação da sua estrutura, implementação e governação. Isso representa uma oportunidade significativa para revitalizar a CESA, aumentar a sua projecção e sublinhar a sua importância no avanço dos objectivos nacionais da educação. Submeter a governação e a estrutura actual da CESA a uma revisão crítica é uma parte crucial da próxima fase do seu desenvolvimento. Para a sociedade civil, são necessárias estruturas de governação mais inclusivas e representativas para que a CESA transmita verdadeiramente a visão da África que Queremos no âmbito da Educação. O relatório identifica a ausência de “uma aliança de todas as partes intervenientes na educação”, que o documento de estratégia da CESSA preconizou, como o principal défice de governação que tem de ser resolvido urgentemente.

Os grupos de educação da sociedade civil Africana estão ansiosos para se envolverem com a CESA, para moldarem o seu desenvolvimento e para ajudarem a dar-lhe uma presença cada vez mais relevante a nível regional e nacional. O relatório de investigação é uma expressão deste interesse e procura identificar medidas concretas e práticas por parte da UA, das CERs, dos governos nacionais, da sociedade civil e dos financiadores de apoio, que levariam à expansão da participação significativa da sociedade civil na governação da CESA e, em todos os seus processos, desde o nível continental até ao nacional.

As recomendações do relatório para permitir uma participação significativa da sociedade civil no CESA são as seguintes

**1. *Abordar a questão da redução do espaço cívico:***

- A participação inclusiva a nível regional e continental exige que se dê resposta à diminuição do espaço cívico a nível nacional
- A UA, as CER e os governos nacionais devem proporcionar espaços jurídicos, políticos e sociais adequados para que as OSC possam actuar livremente. São necessários quadros jurídicos e administrativos nacionais favoráveis.
- Os dados de diferentes partes do mundo e de diferentes contextos institucionais demonstram que a obrigação legal de consultar as OSC favorece a capacidade da sociedade civil para influenciar as políticas.

**2. *Estabelecer a estrutura de governação da CESA:***

- A estrutura de governação da CESA, a Aliança de Todas as Partes Intervenientes, deve ser finalmente estabelecida
- A UA deve trabalhar em colaboração com as CERs para que estas adoptem os mesmos princípios e reflectam sobre as modalidades de envolvimento existentes entre os seus departamentos de educação e a sociedade civil.
- A UA deve abrir a participação nos blocos da CESA às organizações da sociedade civil interessadas e qualificadas.
- Abrir os mecanismos conjuntos de coordenação e produção de conhecimentos CESA-SDG, como o Relatório Continental, à participação da sociedade civil.

**3. *Aumentar a coordenação entre os grupos da sociedade civil, a partilha de recursos e as exigências colectivas de participação:***

- Os grupos da sociedade civil, incluindo as ONGI que trabalham em África, devem aumentar a sua coordenação, conjugação de recursos de conhecimento e as exigências colectivas de uma participação mais abrangente e mais significativa.
- As organizações regionais centrais com estatuto oficial (EACSO, SADC-CNGO e WACSO) devem trabalhar com grupos da educação nas suas regiões para estabelecer blocos da sociedade civil na Educação.
- As organizações centrais devem facilitar e apoiar a participação das OSC nacionais e temáticas, e não excluí-las desses espaços.

- Os financiadores devem incluir nas suas prioridades o apoio a plataformas de coordenação entre grupos da educação.

#### 4. *Facilitar a plena participação da sociedade civil no Ano da Educação em África 2024:*

- A sociedade civil e as organizações de professores devem fazer parte dos grupos de trabalho regionais e nacionais para moldar e apoiar os planos de acção a nível nacional para o Ano da Educação.
- Eliminar os obstáculos à participação da sociedade civil nas cimeiras e reuniões de alto nível da UA e das CERs.
- Atribuir um papel e um espaço à sociedade civil, como painalista e orador nas conferências planeadas, como contribuinte para os estudos e como participante.
- A UA deve considerar a criação de um fundo especial para a sociedade civil, a fim de apoiar a participação e o empenhamento da sociedade civil. Os financiadores devem também desempenhar o seu papel para permitir a participação da sociedade civil no Ano da Educação.

### **Agradecimentos.**

Este relatório foi encomendado pela Campanha Global pela Educação (CGE) para apoiar os seus membros em África a compreender como a União Africana (UA) e as suas Comunidades Económicas Regionais (CERs) se envolvem com o tema da educação e, para identificar que espaços e oportunidades existem para os grupos de educação da sociedade civil em África interagirem com esses organismos ao serviço de sistemas de educação pública, mais equitativos e democráticos no continente.

Investigação para o relatório e elaboração do mesmo foram realizados por Imad Sabi (Consultor Independente). Julie Juma liderou o projecto. O relatório foi revisto por Julie Juma, Luis Eduardo Perez Murcia e Grant Kasowanjete e validado pelas Coligações Nacionais de Educação (CNE) em África.

A CGE gostaria de agradecer aos membros das Coligações Nacionais de Educação que deram o seu contributo para este relatório com base nas suas experiências, assim como a outros intervenientes chave da ANCEFA, FAWE, blocos da CESA, Comissão da UA, agências da ONU e outros.

Este relatório foi encomendado com o financiamento da Education Out Loud.

